

Brasil será líder da América Latina contra FMI, diz Sarney

O presidente José Sarney elogiou ontem o primeiro-ministro cubano Fidel Castro — "pela compreensão que ele está demonstrando dos problemas do Brasil" — e afirmou, em conversa com o deputado João Hermann (PMDB-SP), que não vai abrir mão do seu papel de liderança no processo de discussão da dívida externa brasileira — hoje calculada em mais de US\$ 105 bilhões — dentro do contexto da América Latina. "Não é uma missão, mas um dever", disse Sarney ao parlamentar paulista.

"O Brasil não tem medo", afirmou Sarney, durante a audiência que concedeu ao deputado Hermann, às 16h30min., de renegociar a sua dívida externa em outras bases, que não impliquem no sacrifício do desenvolvimento e do povo brasileiro. "Não negociarei a soberania nacional. E reconheço ainda que a legitimidade maior da discussão da dívida latino-americana cabe ao Brasil".

Sem medo

Hermann informou ainda, após sair da audiência com o presidente, que Sarney fez o seguinte comentário sobre o prazo estipulado em 31 de agosto por técnicos do FMI — Fundo Monetário Internacional para que o Brasil conclua todos os preparativos para a fase de pré-negociação: "O prazo é deles, não nosso. Nós não temos medo". Ainda segundo Hermann, Sarney teria afirmado que o atual processo brasileiro de renegociação da dívida está sendo feito em duas frentes distintas.

"A primeira — afirmou Hermann — diz respeito aos propósitos do governo de endurecer na sua política de renegociação da dívida. E a segunda está relacionada com as consultas que o governo vai fazer ao Congresso Nacional, a partir de agosto, sobre acordos e celebrações internacionais." Sarney inclusive já conversou sobre este assunto com o deputado Pimenta da Veiga, líder do PMDB e do governo na Câmara Federal.

Democracia

João Hermann relatou ainda que Sarney manifestou otimismo quanto aos credores internacionais do Brasil. "Não tenho receios", teria dito o presidente, "de que os credores atenderão aos problemas do Brasil. A democracia brasileira interessa a todos." Em seguida, o presidente teria comentado que a estabilidade política da Nova República não pode correr riscos, em decorrência das consequências do pagamento da dívida externa.

"O presidente Sarney," disse João Hermann, "comentou inclusive que se o Brasil tivesse pelo menos cinco dos 10,6 bilhões de dólares que o País vai pagar este ano, — que dariam



João Hermann ficou surpreso diante da firmeza de Sarney

Cartagena

João Hermann pediu audiência a Sarney para informar ao presidente que vai a Cuba, no dia 30, para participar, a convite do presidente Fidel Castro, de uma reunião latino-americana para a discussão da dívida externa da América Latina, calculada hoje, em US\$ 360 bilhões, dos quais a maior dívida é a do Brasil.

"O presidente," disse Hermann, "também foi convidado a participar dessa reunião em Havana. Mas agradeceu o convite, disse que tinha informações de que Fidel Castro está demonstrando boa compreensão dos problemas brasileiros, mas que não iria a Cuba, porque entende que o fórum privilegiado para o debate da dívida externa da América Latina não é Havana ou Nova Iorque. O fórum privilegiado para a discussão da dívida latino-americana é Cartagena, na Colômbia".

Congresso

Por outro lado, o líder do governo e do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga (MG), afirmou ontem que o presidente Sarney vê com muita simpatia o fato do Congresso Nacional estar interessada em referendar os acordos e tratados internacionais feitos pelo presidente da República.

"O presidente," disse Veiga, "acha a idéia afinada com os princípios da democracia. O que se pretende é um controle por parte do Congresso Nacional, sobre essas questões, sem excluir o papel do Executivo. O órgão que seria encarregado de avaliar as decisões do governo no plano externo é a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados".

Na verdade, a Constituição brasileira, em seu artigo 81 — lembrou o deputado Airton Soares (PMDB-SP) — diz que "compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, ad referendum do Congresso Nacional. E também no artigo 44, diz a Constituição, é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, convenções e atos internacionais celebrados pelo Presidente da República".

Reuniões

Por outro lado, Veiga informou que novas reuniões serão feitas entre representantes do Executivo e do Legislativo, para que "o Congresso Nacional tenha mais essa prerrogativa restaurada, que é a de fiscalizar os atos do governo também no plano da política externa, atribuição essa que foi confiscada pelo regime militar."

Continuam os elogios

O presidente José Sarney recebeu, até às 20 horas de ontem, mais de 250 telegramas e telefonemas de parabéns pelo pronunciamento feito à Nação dia 22. Entre os telegramas enviados ao Palácio do Planalto, estão os dos governadores Franco Montoro (PMDB-SP) e Leonel Brizola (PDT-RJ), entre outros.

O escritor Guilherme Figueiredo — irmão do ex-presidente João Figueiredo e que já esteve em audiência com o presidente Sarney, no Palácio do Planalto — e a viúva do ex-presidente Juscelino Kubistchek, d. Sara, também telegrafaram ao presidente, parabenizando-o pelo pronunciamento à Nação.

Exigências

Ontem, Sarney pediu a um grupo de agências pu-

blicitárias — não foram revelados nomes — que elaborem um programa de trabalho, no qual o governo quer saber: 1. como comunicar-se de forma mais direta com a sociedade; 2. como informar, de forma clara, à toda a sociedade, quais as medidas providenciadas pelo governo, na solução dos problemas mais graves.

Segundo afirmou o secretário de imprensa do Palácio do Planalto, Fernando César Mesquita, "o governo não pretende esconder nada. O interesse com essa campanha, que não será cobrada nada por parte das agências, é fazer com que a sociedade participe mais do governo, exija mais, cobrança do governo, formando a interação governo e sociedade. O interesse do governo é servir à sociedade."

aproximadamente Cr\$ 980 trilhões — apenas como parte dos juros da dívida, o governo aplicaria esses dólares em obras sociais, há muito reclamadas pelo

povo brasileiro. O presidente comentou ainda que tem sentido os resultados práticos desse nova postura do governo, sobre a dívida externa".